



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 31

Sessão Ordinária de Abril

5.ª Reunião de 24-05-1999

Aos vinte e quatro dias do mês de Maio de mil novecentos e noventa e nove, nesta cidade de Aveiro, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e o vogal António Sousa Dinis Correia, na qualidade de Primeiro e Segundo Secretários respectivamente, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste das Neves da Silva Veiga, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda Manuel Júlio Braga Alves, António Ildebrando Nunes Costeira, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, Jorge Carvalho Arroiteia, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Lucas Amaro Rodrigues, Armando Manuel Dinis Vieira, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Diogo Manuel Santos Soares Machado, João José Ferreira da Maia, Dinis Marques, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 21:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: José Augusto Fernandes Júnior, João Pires da Rosa, Nuno Teixeira Lopes Tavares, João Pedro Simões Dias, Manuel Simões Madaíl, e Élio Manuel Delgado da Maia.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu nota do pedido de justificação de falta apresentada pelo vogal Élio Manuel Delgado da Maia, a qual foi aceite e considerada justificada.

Continuando o Sr. Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia de uma “Errata” ao Regulamento Orgânico e Quadro de Pessoal, aprovado na última reunião, enviada pela Câmara e sobre a qual houve as seguintes intervenções.

Vogal Virgínia Silva Veiga:

“Eu não me parece de modo nenhum um procedimento correcto em aspecto rigorosamente nenhum. Isto é uma Errata, o que não pode ser. Tem de ser no mínimo, de facto, tomar a versão formal de correcção de erros materiais, para ser analisado em tempo oportuno e como deve ser. O que está aqui (penso eu), é uma coisa feita apressadamente por qualquer funcionário que nem pensou nas consequências daquilo que está a fazer. É evidente que não se percebe nada de isto, nem penso que isto seja método de apresentar à Assembleia.”

Presidente da Mesa:

“Já agora, fui eu que sugeri que fosse feito assim, mas tudo bem.”

Vogal António Salavessa:

“Sr. Presidente, se se tratasse da primeira alteração em que muda a palavra “secção” pela palavra “núcleo” acho que era tudo pacífico. Agora, nós aprovámos um documento em que criámos “n” lugares e hoje estão a propor-nos que criemos um número diferente de lugares. Penso que, não é pelo facto de eu ter dito que não era criado nenhum lugar operário que agora foi criado um, o que tira autoridade à minha intervenção, mas penso que não deve ser assim. A

não ser que esta alteração corresponda ao documento aprovado na Câmara Municipal e, portanto, seja um lapso de transcrição do documento que nos foi enviado, mas isso não está explicado. Sendo assim, eu tenho algumas dúvidas em deixar passar este documento porque cria mais lugares do que aqueles que foram deliberados na reunião anterior.”

Presidente da Mesa:

“Encantado, vou officiar à Câmara de que assim não pode ser e realmente não pode. Será feito como mandam as boas regras da democracia formal.”

Entretanto deram entrada na sala os vogais Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Luís Miguel Capão Filipe, António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, Raúl Ventura Martins e Jorge Manuel do Nascimento.

Vogal Diogo Machado:

“Só para manifestar a minha estranheza de que, um documento que demorou tantos meses a preparar, trabalho tão exaustivo, reunindo tantas opiniões, com uma equipa tão abrangente, reunindo conselhos vindos de todos os lados menos da Assembleia Municipal, um documento tão exaustivamente preparado por um assessor principescamente contratado e aprova-se o documento nesta câmara e aparecem estes erros básicos, de palmatória que, da duas uma - ou ninguém se lembrou deles antes ou então havia a necessidade de criar e o documento não terá sido tão exaustivamente preparado como se disse nesta Assembleia. A nossa proposta, aquando da discussão deste documento, da criação de uma comissão, certamente se mais valor não tivesse, poderia ter o exacto valor de detectar erros de palmatória como este. Portanto, recusamo-nos nós bancada do PP, a aprovar uma errata ou a assumir que este papel possa ser agregado ao documento que aqui se votou.”

Entretanto deram entrada na sala os vogais Rogério Mário Madaíl da Silva, Fernando Vieira Ferreira, Joaquim dos Santos Abreu e Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira.

Presidente da Mesa:

“Foram feitas algumas considerações, todas pertinentes, mas é preciso saber o que é que a Câmara aprovou; em que momento é que há o erro. Não vamos perder mais tempo com isso.”

De seguida o Vogal Britaldo Rodrigues, solicitou em nome da bancada do PSD, um período de antes da ordem do dia.

Colocado à votação da Assembleia, veio o mesmo a merecer aprovação por maioria com quinze votos a favor e dezassete abstenções.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Tenho de trazer aqui um problema que me foi apresentado por um conjunto de munícipes, que me escreveram e, portanto, cumpre-me apresentar o problema. E apresento o problema, antes de mais, pedindo informação à Câmara sobre esta situação. O que eu aqui tenho, é um baixo assinado relativamente a problemas no mercado Manuel Firmino. Eu creio que de alguma forma o assunto foi divulgado nos órgãos de comunicação social, refere que há um senhor José Manuel que tem provocado um funcionamento que os subscritores dizem que é grave naquele mercado. Queixam-se que aquele senhor é uma pessoa vaidosa, arrogante, todo poderoso, mal educado, de má formação social, sem tolerância ou compreensão, uma pessoa conflituosa,

agressiva, perseguidora, chegando ao limite da má educação. Depois, de todas estas afirmações, ele é de facto o responsável pelo Mercado e sugere-se que ele seja substituído. Depois há um segundo abaixo assinado, dizendo que nada se faz, voltam novamente a pôr o problema ao Sr. Presidente da Câmara. E, finalmente, vem uma carta a acompanhar toda esta situação, carta esta com os assinantes devidamente identificados, em que diz que: atendendo ao facto de que o Sr. Presidente da Câmara nada fez de concreto em relação ao Mercado Manuel Firmino, muito embora as notícias vindas a público através da comunicação social, solicita-se a V. Ex.^a uma tomada de posição; somos agricultores, não desistiremos, etc. etc.

Portanto eu gostaria, antes de mais, que houvesse uma informação por parte de Câmara para podermos ajuizar da situação que é posta por estes munícipes.

Tenho aqui outra que foi apresentada aos líderes das bancadas. É uma acta, de uma reunião de moradores da freguesia da Glória, realizada em 28/04/1999, em que ao lermos isto dá para as pessoas ficarem preocupadas. Em primeiro lugar os moradores da rua da Aviação Naval e Aires Barbosa, participam os assaltos a garagens ocorridos nos dias 22 e 24, tendo participado à polícia que ocorreu e à Judiciária que também informada não compareceu no local. Os moradores do Alboi, presentes na reunião, apresentaram o problema do horário da discoteca 8 Graus Oeste, que não é fiscalizado, provoca abusos, etc. A prostituição que ocorre no Alboi, na rua da Liberdade e no largo Conselheiro Queirós. De facto a prostituição nesta zona da cidade deve-se ao facto da má iluminação do local. O problema do estacionamento naquele Bairro é outra preocupação da população, pois em caso de incêndio os carros de bombeiros não podem passar. Sugerem um estudo sobre o trânsito em todo o Bairro do Alboi. Os problemas dos cães também foi alertado pelos moradores da rua S. Sebastião, onde os mesmos atacam pessoas e crianças. O problema dos cães é também proposto pelos moradores de Santiago. Os moradores da Vila Jovem apresentam o problema dos bares ali existentes.

Conclusão, aquilo que se lê aqui nesta acta da reunião de moradores, o facto disto ter sido enviado pelo Sr. Presidente da Mesa aos líderes de bancada (e muito bem), leva-nos a pensar que não devemos deixar de tomar em atenção o que todos estes munícipes dizem e que dão um ar da nossa cidade, particularmente da freguesia da Glória, altamente preocupante e que merece de alguma forma uma explicação por parte da Câmara, associado ao Mercado Manuel Firmino.”

Entretanto deu entrada na sala o vogal Victor Manuel da Silva Martins.

Vogal Armando Vieira:

“Muito rapidamente, para lamentar a ausência desta Câmara ontem, no Dia Municipal do Bombeiro. Queria dizer aqui, alto e bom som, que muito mais que qualquer campanha política - são os Bombeiros Municipais de Aveiro.

Depois para dizer que achei excessivo o pelotão de segurança, com atitudes guerreiras, no jogo Beira-Mar/União de Leiria, que foi pacífico, sem nenhuma indicação de haver focos de violência, porque ao fim e ao cabo as pessoas que foram ontem ao futebol estavam ali pelo desporto e é lamentável que a PSP tenha levado um pelotão segurança com uma exibição de força inadmissível.

Depois, permita-me que me refira a V. Ex.^a. Nos últimos dias a comunicação social nacional, V. Ex.^a é uma figura nacional e que muito prestigia Aveiro em certos momentos, mas infelizmente nos últimos dias assim não tem sido. V. Ex.^a com os excessos nas últimas intervenções, não dignificou Aveiro, deu uma imagem distorcida da nossa forma de estar e de ser e mais grave voltou a reincidir no contributo para a descredibilização da classe política, com ofensas gratuitas a pessoas que penso não mereciam esse tratamento.

Depois para fazer um outro comentário, dizendo que a nossa crença no socialismo é mal comparando com a sua crença em Jesus Cristo. E é inquestionável que Este merece muito mais credibilidade que aquele, basta olharmos para os 2.000 anos de História. Depois, quando falamos de socialismo, o melhor que podia acontecer aos homens, sendo socialistas, todos os povos do mundo, pudessem fumar charutos cubanos e deslocarem-se em automóveis topo de gama.

Quando falou em egoísmo, carreirismo e calculismo, estava com certeza a referir-se aos socialistas; com certeza não a todos, fazemos essa justiça de constatar que nem todos vivem ao nível, nomeadamente de V. Ex.^a. Tenho dito.”

Vogal Filipe Brandão:

“Tenho alguma dificuldade de usar da palavra depois desta intervenção grandiloquente do Sr. Armando Vieira, que confesso, incapacidade minha decerto, não ter atingido na sua plenitude. Confesso que as semelhanças entre os automóveis topo de gama e Jesus Cristo, confesso me escapou. Mas como diria o Sr. Presidente de Câmara, hoje ausente, “lá fora falamos”. De qualquer modo, não deixaria de fazer reparo às duas intervenções sucessivas do PSD, a primeira com alguma pertinência relativamente a algum clima de insegurança que se vai instalando, mas com alguma perplexidade vejo que a intervenção subsequente é exactamente para protestar contra as medidas de dissuasão e de presença de forças de segurança. Enquanto um se queixa de falta de segurança outro queixa-se de excesso de segurança.”

Vogal Raúl Martins:

“Eu estou aqui, estou preocupado, porque V. Ex.^a com as intervenções pouco reflectidas, parece, descredibilizou a carreira política do Sr. Armando Vieira e isso preocupa-me. De facto, nós socialistas, devemos de alguma forma pugnar para que o Sr. Armando Vieira tenha uma grande carreira política nomeadamente no PSD, porque isso é dinheiro em caixa. O Sr. Doutor não venha lá de Bruxelas estragar-nos o arranjinho.

Depois, estava a ouvir o Professor Britaldo a falar de roubos, assaltos, questões de segurança e com esta conversa toda até parecia que estava na América. Vossa Ex.^a lê muito bem! Agora, sai hoje com uma certeza, porque eu andava intrigado onde é que o professor Marcelo tinha encontrado o Zé; Zé de que fala o Dr. Durão e mais recentemente o Dr. Portas. Afinal, já sei onde está José está no Mercado Manuel Firmino!”

Vogal Virgínia Silva Veiga:

“Relativamente à intervenção do Prof. Britaldo Rodrigues, eu penso que, só podem datar de há bastante tempo os elementos que possui, designadamente a questão dos assaltos que houve e ao não policiamento do Bairro do Liceu e na envolvente da rua Banda da Amizade; porque eu própria protestei aqui pelos polícias, que o Sr. Presidente da Câmara dizia que lá estavam e serem excessivamente discretos para o meu gosto. Constato actualmente, que existem efectivamente polícias ou alguém disfarçado ostensivamente como tal na rua. Quanto julgo saber, houve efectivamente assaltos do tal grupo, que entretanto já foi apanhado, depois desses assaltos já foi apanhado o grupo, já foi feito policiamento, há evolução das coisas. Dou-lhe nota de conhecimentos que tenho directos no local, para que agora ponderadas as duas questões e os dois conjuntos de factos, se conclua qualquer coisa de sério, porque de facto a política tem de começar a ser mais séria. O Sr. Professor disse o que sabia, fez bem. Estou a dizer-lhe o que sei, para que agora a Câmara possa equacionar.

Relativamente ao Mercado Manuel Firmino, não é verdade que o Sr. Presidente da Câmara, hoje ausente, não tenha dado nota aqui de algumas coisas que lá foram feitas. Chamaria também a atenção, por também conhecer, que houve casos graves no Manuel Firmino e que é necessário às vezes filtrar certas coisas. Não estou a dizer que seja esse o caso, não conheço,

mas havia casos muito graves no Manuel Firmino, designadamente de pessoas que possuíam ali bancas como se fossem vendedores e na verdade eram meros intermediários. Havia lá casos gravíssimos, que entretanto parecem ter sido sanados já alguns e outros estarem em via de o ser. Portanto, deverá haver algum cuidado na análise de isso que aí está, com igual seriedade política.

Finalmente, a propósito da polícia e do Beira-Mar, é evidente que subscrevo a intervenção do Filipe Neto Brandão, não penso que o jogo fosse de grande risco, mas nisso está ali o Dr. Miguel Capão Filipe que falará melhor do que eu; nessas circunstâncias estive lá a polícia, assim o entendeu e merece o nosso respeito por isso.

Uma última consideração. Para desta vez me pronunciar, também, sobre o nível a que a política pode efectivamente chegar. Eu penso que, dizer que quem gritava nas ruas a seguir ao 25 de Abril e, portanto, em pleno PREC «nem mais um soldado para as colónias» é responsável pelos erros de descolonização deste país, é no mínimo de quem ignora absolutamente de quem andou nas ruas nessa altura. Porque não andaram apenas os Marxistas/Leninistas/Maoistas, embora seja de referir que andaram de facto à frente. Foram efectivamente grupos Marxistas/Leninistas/Maoistas, que apercebendo-se de que a intenção da “Junta” não seria a de acabar com a guerra colonial, na generalidade das colónias, foram para a rua sintetizando uma frase, da necessidade de se proceder à descolonização, evitando assim que o povo português tivesse de continuar a mandar os seus filhos para a guerra colonial. Nessas manifestações de rua, quem teve oportunidade de lá estar pode verificar que estavam muitas pessoas que já então não eram de nenhum grupo Marxista/Leninista/Maoista e que são hoje figuras proeminentes da política nacional, designadamente do Partido Socialista e até do Governo. Por outro lado, posta esta correcção de quem lá estive e de quem foi Marxista/Leninista/Maoista, eu permitia-me também achar que, em lugar de falarmos do passado das pessoas, sob pena de termos de discutir o passado de muita gente, melhor seria que nas questões europeias nós discutíssemos isso mesmo. Portanto, aquilo que os nossos candidatos a deputados ao Parlamento Europeu entendem para já ter feito e apresentado como provas de trabalho, e tencionam fazer. Isso sim, dignificará a política portuguesa e trá-la-á ao nível que todos nós merecemos que ela tenha.”

Vogal João Barbosa:

“Sr. Presidente, queria-me referir aqui à intervenção do Prof. Britaldo Rodrigues sobre o Mercado Manuel Firmino. Porque leu um abaixo assinado, só conhece o abaixo assinado, mas eu como Presidente de Junta da freguesia da Vera-Cruz, e como o mercado se encontra dentro do espaço geográfico da freguesia, e como sou uma pessoa que conheço bem os problemas daquele mercado, queria informar o Sr. Professor que esse abaixo assinado não é de nenhuma comissão do mercado Manuel Firmino e com certeza que estão pessoas que não estão identificadas e que nem sequer são comerciantes. Mas quero também dizer, que de há quatro anos a esta parte, passaram-se coisas complicadas no Manuel Firmino, onde foi denunciado compadrio, amizades, em que só uns eram beneficiados. Soube mais tarde que mudaram o chefe dos fiscais, não sei se passou a ser este José Manuel, mas o que é verdade é que ao fim de algum tempo de mudarem o anterior, aqueles que eram beneficiados passaram a insurgir-se não só nos jornais como em abaixo assinados. Quero dizer ao Sr. Professor, que de dois em dois dias vou ao mercado Manuel Firmino, conheço o que se passa no Manuel Firmino, inclusive já me insurji por a Câmara ter arquivado um inquérito que foi feito. Acho que esse inquérito não devia ter sido arquivado, acho que deviam ter sido ouvidas todas as testemunhas. E, também digo aqui, que o Sr. Presidente da Câmara, que agora é o responsável pelo mercado, que sempre que se desloca ao mercado não lhe ficaria mal se levasse consigo o Presidente da Junta, porque era capaz de o informar do que lá se passa.

Já agora, para terminar, acho muito bem que os fiscais devam rodar de seis em seis meses, seria benéfico para todos.”

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Álvaro Patrício do Bem.

Presidente da Mesa:

“O que faz falta no Manuel Firmino, é desde logo um regulamento; que não há!”

Vogal Henrique Diz:

“Queria saudar o Dr. José Costa, que representa hoje o Presidente da Câmara. Fico assim com a garantia Sr. Doutor, de que seremos hoje mais dialogantes e menos arrogantes do que é costume, nas respostas da Câmara à Assembleia Municipal. Sugeriria até, que o Sr. Presidente da Câmara, pudesse delegar mais vezes na sua pessoa a sua representação.

Depois, permitam-me manifestar o meu regozijo por a bancada do Partido Socialista finalmente resolveu assumir a sua função de defensora da Câmara, na medida em que dá esclarecimentos que eu pensava serem da competência do Executivo. Talvez porque têm informações que outros membros da Assembleia não têm!

Terceiro lugar, para lamentar que tragam aqui os casos de polícia. De facto os protestos que aqui se trazem não podem ser depois transformados nesta sala em meros casos de polícia. Queria regozijar-me por terem terminado os assaltos à nossa colega Dr.ª Virgínia Veiga, pena é que não tenha acontecido com todos os municípios. E pena é também, que a presença da polícia nas ruas não seja tão dissuasora como terá sido (a julgar pelas palavras do Partido Socialista) no jogo do Beira-Mar. Acho lamentável se pense que foi a presença do corpo de intervenção da PSP, dos seus uniformes e do seu equipamento, fez que o povo de Aveiro tivesse tido ontem o comportamento cívico que sempre se lhe reconheceu; alguém está enganado nos municípios que representa aqui.

Por último, deixe que lhe manifeste uma vez mais a minha preocupação com o que se está a passar em Timor-Leste; a situação é preocupante. Não restam dúvidas de tudo o que a Indonésia esta a fazer para qualquer que seja o resultado, poder haver pretextos para graves conflitos. Não restam dúvidas que os adeptos da independência de Timor estão a ser perseguidos e não vejo que haja da parte do Governo Português uma atitude corajosa, que se impõe neste momento.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Em primeiro lugar para comunicar a esta Assembleia a minha profunda tristeza por ter presenciado ontem aquilo que pretendia ser a comemoração do Dia Municipal de Bombeiro em Aveiro. Desde logo começando pela ausência da Assembleia Municipal, que desconheço até se terá sido convidada, desde logo manifestando a minha total reprovação ao facto. Eu fui como munícipe assistir às comemorações e que se não fosse o garbo e o brio que os Bombeiros desta cidade sempre põem nestas manifestações, quer seja para salvar bens e vidas de outros quer seja para mostrar engalanados aquilo que podem valer, se não fosse esse brio provavelmente esta comemoração ainda tinha sido um fiasco maior.

Em segundo lugar, para criticar a ausência do Presidente da Câmara, entendo que os Bombeiros merecem mais do que aquilo que tiveram. Não era obrigatório que o Dia do Bombeiro fosse naquele dia, poderia ser num outro dia em que fosse possível tanto por parte da Assembleia Municipal, como da Câmara Municipal, conferirem a esta comemoração a solenidade que ela efectivamente merece. E depois, já não bastava as comemorações terem sido o que foram, foi-se dizer num beberete que hoje ia ser aprovado na Assembleia Municipal um regulamento de concessão de regalias sociais aos bombeiros? O que está mal porque tal tema sendo o último ponto da ordem de trabalhos ainda não foi discutido nesta Assembleia. Não

houve nenhuma deliberação desta Assembleia e acho no mínimo indelicado que se popularize tal situação como facto consumado.

Quanto aos bombeiros apenas digo que os 18 mil contos que recebe da Câmara são manifestamente pouco como aquelas comemorações a que teve direito são manifestamente pequenas e mesquinhas. Mais daquilo; não, obrigado.

A bancada do Partido Socialista fez três intervenções, digamos que réplicas das intervenções da bancada do Partido Social Democrático. Ou seja, três intervenções que mais nenhum objectivo tiveram que não a marcação cerrada àquilo que foi afirmado pela Bancada do PSD e isso não tem cabimento Sr. Presidente da Mesa, no período de antes da ordem do dia. Se não há intervenções de fundo para fazer, que não se use da palavra para emitir juízos de valor sobre intervenções que se fizeram anteriormente. Ou seja, o ponto a que chegámos é se calhar um ponto de censura pública vinda do Partido Socialista, que não é tolerável nem admissível nesta Assembleia. O Partido Socialista não pode, sob pena de a Democracia ser claramente desvirtuada, comparar ou estabelecer juízos de valor dizendo que a intervenção de A teve mais mérito que a intervenção de B. Não é esse o papel de nenhum dos partidos nesta Assembleia.

Presidente da Mesa:

“Sobre a sua observação ao funcionamento do período de antes da ordem do dia, o meu ponto de vista tem razão ser institucional, isto é, para mim o período de antes da ordem do dia é um período em que as pessoas trazem à apreciação do plenário pontos de vista, factos, críticas, sugestões, que eu chamarei receptícias (são para ser ouvidas por outrem) e, portanto, aparentemente e nessa perspectiva, não podem as outras inscrições no período de antes da ordem do dia servir para dar resposta; aparentemente é assim, mas com o actual Regimento eu não posso cercear. Na próxima Sessão da Assembleia virá o novo Regimento, fica desde já antecipado.”

Vogal António Salavessa:

“Acho que só tem autoridade para invocar um princípio, quem ao longo da sua presença nesta câmara o tem respeitado. Quem tem feito sistematicamente cenas ou intervenções do género que hoje critica, não pode vir hoje optar por um princípio diferente. Não lhe vou provar hoje mas se quiser que o faça trarei elementos onde repetidamente fez referência a intervenções anteriores. A seguir e porque eram os assuntos que tinha. O primeiro assunto, era em relação às questões de segurança e à manifestação que os estudantes fizeram nesta cidade. Penso que foi um momento cívico de grande significado, contrariamente a opiniões ou ideias de que se podia estar a criar um ambiente tendente à criação de milícias ou grupos de auto-defesa ou coisas desse género. Penso que a posição dos estudantes foi uma posição serena, foi ao fundo das questões, avançou com propostas e que decorreu com toda a normalidade cívica. É evidente que o Sr. Governador Civil anunciou aquilo que de alguma forma já era conhecido, o reforço de efectivos da PSP em mais 49 elementos. Mas além do reforço, penso que a vertente da intervenção social e a disponibilidade dessa intervenção na prevenção desta pequena criminalidade, que sendo pequena criminalidade acaba por afectar de forma importante as pessoas que são vítimas dela, penso que foi algo que deve ser registado nesta Assembleia.

Por outro lado, queria deixar aqui um apelo a todos os intervenientes no processo das eleições, para fazerem um esforço para discutir os problemas que estão em causa com a integração europeia e evitem divagar e levar para questões que não ajudam ao esclarecimento público e à participação no voto no dia 13 de Junho.”

Vogal Capão Filipe:

“Em primeiro lugar e em resposta à pergunta directa sobre a presença do C. I. da PSP, no estádio Mário Duarte, obviamente quem pode responder é o departamento de relações públicas

da PSP. Sob o ponto de vista informal, sabemos que a presença do C.I. foi externa a Aveiro, no sentido de fazer passar e fazer crer que os Aveirenses eram aquilo que de facto não são. E a prova de que isso não passou de uma intentona é que tivemos o prazer de receber num convívio fraterno os Kosovares e cuja recepção foi gratificante. Ver um rosto de alegria em que o Beira-Mar pode contribuir como uma medida anti-stress de guerra e sabemos o que o stress de guerra provoca no ser humano. Por consequência não há maior resposta que as respostas externas que conduziram a esse tipo de facto.

Tenho aqui um outro assunto, que é a circulação da A1 (Auto-estrada do Norte) concretamente no troço Aveiro/Carvalhos, trata-se de facto dos troços mais movimentados do país, e aquilo que julgamos é que razões técnicas, económicas e de segurança, aconselham ao aumento de vias da auto-estrada, mais uma em cada sentido para além das quatro existentes. Esta prioridade é importante, porque temos cada vez mais sob o ponto de vista estratégico, privilegiar o denominado “Eixo-Atlântico”, aquilo que junta a Galiza e o Norte de Portugal. E nós, que sendo uma porta atlântica dessa estratégia, julgamos que o alargamento da A1 de 4 vias para 6 vias deve ser uma prioridade a promovermos.

A fundamentação desse facto é simples, eu tive a preocupação de reunir os dados de Janeiro de 99, nos dois sentidos, nos seguintes troços: Albergaria/Estarreja cerca de 20.000 veículos dia; Estarreja/Feira cerca de 30.000 veículos dia; Feira/Carvalhos cerca de 36.000 veículos dia. Ora nós sabemos que a construção e exploração e manutenção das auto-estradas foi outorgado à Brisa através do Decreto Lei 294/97 de 4 de Outubro, e o sentido desse Decreto-Lei é a adaptação às prioridades das auto-estradas. E um desses itens descritos na Lei, obriga a concessionária nos seguintes termos: nos troços em que hajam sido construídas 4 vias deve ser promovida mais uma em cada sentido, que devem entrar ao serviço no segundo ano subsequente àquele em que o tráfego médio/diário anual atinja cerca de 35.000 veículos. É obvio que podem faltar alguns milhares num ou noutro troço, mas por exemplo entre Feira/Carvalhos já está completamente ultrapassado.

Em resumo, o Aveiro/Porto na A1 e o inverso (todos temos conhecimento disso), faz-se em fila indiana sobretudo nas horas de ponta. Por consequência, julgamos que todos nós e designadamente o Executivo, deve fazer sentir junto das entidades competentes esta vontade dos cidadãos Aveirenses, certos que também neste troço somos os maiores contribuintes para a Brisa e porque verificamos que esta tem contemplado diferentes regiões do país com esse tal alargamento de 4 para 6 vias. Esta causa não é da CCR Centro ou da CCR Norte, achamos que é uma causa da “CCR Vouga”. Muito Obrigado.”

Presidente da Mesa:

“Acho essa sua intervenção pertinente, não sei se deva ser o Governador Civil... a Câmara ou os Deputados pelo Distrito a pôr esse problema, se quiserem.”

Presidente da Câmara em Exercício - Dr. José Costa:

“Sr. Presidente Srs. Deputados, relativamente a algumas questões que aqui foram colocadas, antes de entrar nelas, queria explicar que o Presidente da Câmara não está presente nesta Assembleia porque quando aceitou ausentar-se na visita ao Canadá não esperava que houvesse tantas reuniões desta Assembleia relativamente a esta ordem de trabalhos.

Relativamente às questões aqui colocadas começo pelo Mercado Manuel Firmino. As questões dos mercados são sempre complexas e merecem sempre muita atenção, pois não é muito fácil fazer justiça num ambiente de mercado como este. O Vereador Victor Marques dedicou muito do seu tempo e tomou algumas medidas, que nós na Câmara unanimemente apoiámos, mas não se consegue resolver tudo.

Nós sabemos que o mercado Manuel Firmino tinha uma vocação, que era para os agricultores da região aparecerem com os seus produtos frescos, naturalmente que alguns deles em determinadas épocas não têm produtos e tentam comprar aos intermediários para alargar a sua gama, depois os intermediários começam a aparecer uns fora outros dentro e face a uma ausência de um regulamento actualizado, não se pode dizer que existe porque nunca foi aprovado aqui na Assembleia, mas existem um mínimo de regras que são seguidas. Portanto, penso que é urgente a existência de um regulamento, embora só por si não resolva as situações, pelo menos pode diminuí-las. E penso, que para este regulamento, a diferentes entidades poderão dar aqui um contributo importante juntamente com a Assembleia Municipal, para se conseguir um regulamento que diminua as situações de conflito. Claro que se a fiscalização também não é devidamente formada, naturalmente não é por culpa dela, mas não tem existido uma formação por vezes até cívica e torna por vezes as coisas mais difíceis. Efectivamente os problemas têm existido, ainda hoje fui confrontado com um problema no mercado, que me parece à partida uma actuação que não foi correcta, estamos a averiguar, penso amanhã já podemos falar melhor sobre isso, no sentido de se tomarem algumas medidas. Quando as pessoas se queixam do fiscal José Manuel, eu não conheço a sua actuação ou às vezes as coisas que estão em confronto, mas muitas vezes é porque não se satisfaz aquilo que por vezes as pessoas querem. A inexistência de regulamento, sobretudo quando alguém falta ou está ausente das bancas e outros ocupam e por vezes se aparece um fiscal que é mais tolerante e outro menos tolerante, isso leva a confusões. É fundamental a elaboração de um regulamento e também que sejam tomadas medidas por parte da Câmara em termos de formação dos elementos que têm funções de fiscalização.

A segurança no Beira-Mar, o Dr. Capão Filipe já explicou tudo; a segurança dos estádios é feita com a concordância dos presidentes dos clubes, não sei se o presidente do Beira-Mar foi ouvido ou não, mas normalmente a segurança não é feita só por iniciativa da polícia.

Das informações que aqui são trazidas por municípios sobre segurança, são informações que têm de ser tratadas e há que ter uma resposta. A polícia também tem essas informações e para além daquilo que compete à Câmara, nas reuniões que efectiva com a forças de segurança, portanto pressionar uma acção mais eficaz.

Horários de Discotecas, Bares. Nos últimos tempos tem proliferado muito o aparecimento de bares e discotecas e a pressão é enorme no sentido de prolongamentos de horários. A Câmara não tem prolongado os horários além daquilo que a Lei estipula, no entanto temos notícias que o cumprimento não é muito rigoroso. As discotecas pretendem horários até às 6 horas da manhã, os que estão concedidos são até às 4 horas. Neste momento temos só um pedido formal de prolongamento até às 6 horas, mas face às queixas já existentes penso que as entidades não vão dar pareceres positivos e mesmo que os dêem a Câmara tem de ter em atenção as informações da população.

Realmente há má iluminação em alguns locais, o que leva à presença de prostituição, mas temos a informação de que a iluminação irá melhorar nessas zonas.

A comemoração do Dia Municipal do Bombeiro, efectivamente a participação da população não foi muita, a mobilização ou a comunicação no sentido de que as pessoas estivessem presentes não funcionou em grande medida, tem de ser naturalmente repensada; embora o tempo de praia tenha provavelmente afastado as pessoas das comemorações. Relativamente a este dia gostava ainda que o Vereador Domingos Cerqueira desse algumas informações.

Vereador Domingos Cerqueira:

“Só dois esclarecimentos acerca do Dia Municipal do Bombeiro. Realmente foi o segundo ano que se comemorou o Dia Municipal do Bombeiro por sugestão da Protecção Civil e eu queria dar dois esclarecimentos.

Todo o Dia Municipal do Bombeiro foi programado pelos Bombeiros; a Câmara limitou-se a programar o almoço, que ao que sei correu bem. Fizemos duas reuniões com as Direcções, os Comandos e a Protecção Civil, na sede da Protecção Civil e até os convites foram discutidos com estas entidades. Porque nós não queremos interferir; é o Dia do Bombeiro e gostaríamos que fossem os Bombeiros a programar, a organizar e a intervir. Eu espero que se esta comemoração foi pobre para o ano seja melhor; penso que esta já foi melhor que o ano passado.

Em relação ao ponto da agenda da ordem de trabalhos, com o Regulamento das Concessões de Regalias aos Bombeiros, eu queria dizer o seguinte. No dia 23/9, eu próprio dei conhecimento deste documento aos bombeiros e pedi sugestões de alteração; ainda não tinha sido discutido na Câmara. Disse-lhes que pretendia, se fosse possível, que pretendia que nas comemorações do Dia de Bombeiro este documento fosse publicitado, fosse dado a todos os bombeiros presentes e eventualmente assinado com a companhia de seguros, porque envolve seguros aqui. E porque não foi possível, eu no Domingo na intervenção muito rápida que tive de fazer, nem sequer dei conhecimento dos pontos deste documento, apenas disse: que não podia fazê-lo porque estava em discussão na Assembleia Municipal, ainda não tinha sido aprovado, não posso adiantar mais. Foi isto que eu fiz, não dei conhecimento, eles já sabiam que tinha sido aprovado na Câmara, veio nos jornais, mas não adiantei mais. Queria dar estes esclarecimentos porque às vezes há informações que não são correctas.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Das respostas que foram dadas e dos tempos que foram usados, eu quero dizer que pode verificar uma demonstração da “Teoria da Relatividade”. Não há dúvida nenhuma que quando a velocidade aumenta o tempo dilata-se. Os meus três minutos foram cumpridos rigorosamente, mas noutros casos o três minutos foram diferentes. Com certeza a velocidade da palavra e do pensamento foram maiores, chegaram perto da velocidade da luz, o tempo dilatou-se, e os três minutos foram iguais, eventualmente em condições físicas distintas! É a única interpretação que eu dou para o facto.

Depois quero dizer o seguinte. Independentemente das bancadas, muitas vezes o que estamos aqui a verificar são monólogos e não colóquios e sobretudo não são diálogos e isso traz muita responsabilidade ao Partido Socialista. Está tudo a conversar, cada um julga que alguém disse o que não disse e depois pensa que alguém falou em alhos e responde-lhe bogalhos. E foi o que aconteceu comigo. Eu estive aqui a dizer que estava a ler dois documentos, que tive obrigação de ler como Membro desta Assembleia, pois foram-me dirigidos por munícipes e através do Sr. Presidente da Assembleia e eu limitei-me a referir esses textos, não fiz nenhuma análise deles, li parte dos documentos e pedi informações e nada mais. Portanto, não preciso dos conselhos que me foram dados, nomeadamente pela Dr. Virgínia Veiga, de que devo fazer uma análise com seriedade política!?

Devo dizer também, que quando se compara situações aqui expressas pelos moradores da Junta de freguesia da Glória, muitos casos são de insegurança outros não são, e comparar isso com o que se passou no estádio Mário Duarte, não tem nada a ver. Naturalmente, muitas destas situações não terão a ver com polícia, são mais preocupações de reinserção social. Portanto a comparação não é legítima.

Finalmente, em relação ao mercado Manuel Firmino e ao que disse o Presidente da Câmara, eu quero dizer que além destes problemas todos que surgem e das picardias do Sr. José Manuel, está aqui também afirmado que ele tanto abre o mercado abastecedor às 7 horas como às 8 horas ou mesmo às 9 horas, deixando todos aqueles que operam nesse mercado, resignados. Há toda uma série de situações que eu creio deviam ser chamadas à coacção nesta Assembleia e que devem ser meditadas.

Finalmente, devo dizer, que nas explicações que foram dadas reconheceu que existia falta de iluminação no Alboi, mas não diz nada sobre a resolução desse problema. Não refere o problema do estacionamento, que se houver um fogo os bombeiros não podem passar. Não refere os problemas dos cães, que segundo é dito, atacam pessoas e crianças. Portanto, há um grande conjunto de situações que não ficam respondidas.”

Vogal António Salavessa:

“No último mandato da Assembleia Municipal, com uma Comissão e com a participação alargada de muitas entidades, foi aprovado o regulamento que deliberou sobre os horários dos estabelecimentos comerciais. Era só lembrar essa situação, de que é um regulamento municipal, aprovado na Assembleia e atenção à maneira como esses regulamentos podem ou não ser alterados; não nos ponham perante factos consumados.”

Presidente da Mesa:

“Já agora, sobre o mercado eu tenho conhecimento e queixas (não exactamente quem tem razão), há essa carência de regulamentação que é preocupante. E sei, que havia um produtor local, que ia vender lá os seus produtos - bananas! Bem... vamos continuar os trabalhos no ponto n.º 6 da agenda.”

PONTO N.º 6 - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO - 1.ª REVISÃO.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião ordinária de 08-04-99, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal e faz parte do original desta acta em anexo).

Presidente da Câmara em Exercício - Dr. José Costa:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados. Esta primeira revisão do Plano de Actividades e Orçamento é em consequência do projecto “Aveiro Cidade Digital”, que inicialmente continha apenas cinco projectos. Verifica-se, agora, que aprovámos quarenta projectos e como consequência temos de incluir uma receita orçamental maior, na medida em que somos os responsáveis pela chefia do consórcio e naturalmente das respectivas saídas em termos da participação dos subsídios aos projectos aprovados. Portanto, é só isto que está em consideração nesta primeira revisão do Plano de Actividades e Orçamento.”

Vogal João Barbosa:

“Sr. Presidente, eu queria referindo-me a esta revisão do Orçamento, referir-me ao projecto DIGIPRAÇA. Não estou contra isto, mas quero chamar à atenção da Câmara e lamentar que se façam estas coisas. E que se façam estas coisas da maneira que se fazem. Fez-se um programa para as Juntas de Freguesia; a Câmara aprovou esse programa e só depois dele aprovado é que chamou as Juntas de Freguesia para lhes dar conhecimento.

Eu acho que as Juntas devem ser ouvidas antes, devem dar ideias - porque também têm ideias. Depois quero chamar a atenção, que um programa destes não pode ser aprovado pela Câmara para as Juntas de Freguesia, sem as mesmas o terem levado à Assembleia de Freguesia para ser aprovado. Porque acontece que estas coisas saem nos jornais e depois nós somos confrontados com a Assembleia de Freguesia a perguntar como é que isso aconteceu.

Portanto, era para chamar mais uma à vez atenção da Câmara, para que não deve fazer estas coisas para as Juntas de Freguesia sem as ouvirem; porque julgo que nós também temos algum conhecimento e sabemos aquilo que queremos e aquilo que desejamos.”

Vogal Rogério Madaíl:

“Sem pôr em causa o programa, que acho teve bastante interesse para Aveiro, embora com todas as questões que se podem pôr sobre a selecção que foi efectuada, parece-me que há aqui uma desvirtuação do objectivo inicial. Isto passava por um consórcio e de repente, esse consórcio desaparece e aparece a Câmara com toda esta carga de receitas e despesas, que parece quanto mais não seja para aumentar a sua dotação. Não entendo esta mudança em relação aos objectivos iniciais que nos foram apresentados nesta Assembleia, como sendo um consórcio que iria liderar este programa e dum momento para o outro todas as outras entidades se desvinculam e aparece a Câmara com estes valores! Gostava de entender esta mudança tão radical do que foi inicialmente proposto. Normalmente, não costuma ser usual nos programas comunitários, aparecer uma entidade para liderar e dum momento para o outro ser substituída por outra.”

Vogal António Salavessa:

“Nós estamos aqui a discutir a primeira revisão do Plano de Actividades e do Orçamento da Câmara, passados quatro ou cinco meses da aprovação do Plano, e acho estranho que uma realidade que está em constante mutação como é a gestão do município, com a importância que Aveiro tem, como é que passados estes meses a única proposta de revisão que nos é proposta se reduza de facto, mais a uma necessidade técnica ou administrativa do que à descoberta de qualquer nova necessidade que não estivesse prevista. Espero sinceramente, que não sejamos confrontados dentro de dois ou três meses, com a necessidade de uma segunda revisão, que eventualmente podia estar já contemplada agora.

Os senhores da Câmara saberão se é assim ou se estão tão seguros do Plano anterior que necessitem agora, apenas desta alteração. Mas, permita-me Sr. Presidente, dizer, o que entendemos no PCP fazer em relação a esta primeira revisão. Nós chegámos a formular a ideia de propôr a esta Assembleia a rejeição desta alteração ao Plano e a sua devolução à Câmara Municipal, para que ao mesmo tempo que a cidade e o concelho apontam no sentido de transformações tecnológicas importantes e determinantes para os caminhos do futuro, para que ao mesmo tempo, pudesse considerar na mesma revisão algumas preocupações sociais para vencer atrasos que existem no concelho e que já foram aqui sobejamente relatadas e discutidas. Estou a falar das questões do saneamento, estou a falar das questões das taxas de ligação, estou a falar desse género de problemas. Só não o fazemos porque com o aprofundar do estudo e da observação das coisas, vimos que do ponto de vista técnico-jurídico não fazia qualquer sentido essa proposta de rejeição com esse argumento. E não fazia qualquer sentido, porque o que está em causa não é esta Assembleia decidir dotar os Serviços Municipalizados com os meios para tomar as medidas que preconizamos, trata-se sim, de a Câmara transferir para os Serviços Municipalizados, aquilo que já está no Plano para este ano que são 700 mil contos e fazer aquilo que aqui preconizei. Ponham os 700 mil contos Serviços e que se ponha fim ao pagamento da taxa de ligação; que haja alargamento de saneamento adequado, que haja o papel social adequado por parte dos Serviços Municipalizados.

Esclarecida esta situação, até porque tinha sido de alguma forma anunciada e era compromisso público do PCP, fica aqui o esclarecimento porque não vamos propor qualquer alteração, dado que no Plano actual estão 700 mil contos destinados aos Serviços, há que cumprir essa transferência.

No entanto, gostava que a câmara fosse mais clara e um pouco mais pormenorizada no que diz respeito ao conjunto de propostas que aqui estão; que universo é que isto representa no conjunto das candidaturas apresentadas em relação aos projectos que foram apresentados de início. Ao que consta houve uma rejeição de um conjunto de candidaturas, algumas delas foram impulsionadas a fundirem-se e outras terão caído, mas na reformulação dos projectos queria

saber até que ponto é que aquilo que ficou corresponde aos objectivos iniciais que este projecto apresentava para a nossa cidade.”

Vogal Jorge Nascimento:

“Sr. Presidente, quando este projecto Aveiro Digital se iniciou, também este Executivo era debutante, o que denota também que a paternidade de todo este projecto não é da Câmara, teve outros pais; que se bem me recordo seriam o CET e Universidade.

Fiquei a entender então, que este objectivo iria ser liderado por um consórcio. E esse consórcio, penso eu, deve ter a sua contabilidade própria. Portanto, eu questiono se isto deve ou não figurar no orçamento da Câmara Municipal. E se o consórcio não deve ter contabilidade própria, então pergunto, se o não deve ter o CET ou a Universidade? Porque é que toda esta verba de subsídios figura no orçamento da Câmara e não nas outras entidades? Isto pode parecer despiciendo de interesse, mas a meu ver não é, porque quando aqui se aprovou o Orçamento e o Plano de Actividades, todos nos admirámos onde é que a Câmara ia arranjar 12 milhões de contos que previa. Nos exercícios anteriores tinha havido receitas de 6 milhões de contos e se apresentava aos munícipes obra previsível de 12 milhões de contos?! Eu começo agora a entender, porque na altura não foi explicado, algo que me possa dar uma explicação para esse valor, mas gostava que a Câmara respondesse a essa questão.

Também me admirei, nomeadamente com a movimentação de munícipes vindos a esta Assembleia, desusadamente, em sinal de protesto, protesto esse que mereceu o calor desta Assembleia e designadamente do Dr. Raúl Ventura, que segundo o qual as taxas de ligação deveriam ser suportadas pelos impostos e não por taxas a pagar pelos interessados nessa ligação. Eu neste momento faço aqui eco dos protestos desses munícipes e creio que aconselharia que o Executivo estivesse atento aos interesses dos munícipes e àquilo que é justo - não faz sentido que a taxa de ligação seja paga pelos munícipes - teria todo o cabimento, seria de justiça, que isso tivesse suscitado uma alteração ao Orçamental e que essa alteração fosse contemplada agora.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Sr. Presidente, verificou-se na última reunião, que houve considerações acerca da execução orçamental verificada durante o ano de 1998. Verificou-se que tinha sido relativamente baixo, no entanto o Executivo ficou feliz por dizer que, comparado com o de 1997 era a mesma. Fiquei francamente admirado, na medida em que, uma das afirmações relativas à candidatura do PS é que iriam melhorar as coisas. Afinal ficam felizes quando conseguem uma taxa de execução igual a 1997 - já ficam felizes com isso! É evidente que se disse que o quantitativo tinha sido maior, mas é evidente que isso é um falso argumento. Se nós “encaixamos” o dobro e vamos fazer o mesmo que anteriormente, quer dizer, se as receitas são maiores a taxa é a mesma; portanto não acho um argumento razoável. Agora, o que eu quero chamar à atenção é que, a ser aprovado esta alteração ao Orçamento, para o ano já vamos ter uma coisa muito agradável, é que este dinheiro recebido e transferido para as várias instituições, esta parcela fica executada a cem por cento - aí a taxa de execução orçamental vai melhorar significativamente, já ficamos todos informados disso.”

Vogal Raúl Martins:

“Esta primeira revisão aqui solicitada pela Câmara a esta Assembleia, é uma revisão perfeitamente normal e traduz-se apenas no facto, de contrariamente àquilo que era previsto (e a Câmara tinha inscrito aqui apenas os seus cinco projectos) a câmara porque é líder do consórcio, as transferências são feitas para o líder do consórcio e depois a Câmara transfere imediatamente essas verbas para os participantes do processo. É bom que nesta altura seja feita

apenas esta revisão o que significa que ainda não foi necessário estar a fazer muitas revisões, como não era costume no passado; no antigamente os Orçamentos duravam pouco tempo.”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, penso que fui das primeiras pessoas a manifestar-me a favor de um programa que trouxesse a cidade para um nível de integração tecnológica que este permite. Na altura manifestei algumas preocupações que tinham a ver com o facto de ser nebuloso para mim o papel do consórcio. Essas manifestações têm agora mais razão de ser quando eu vejo o nível de alguns projectos aprovados. Lamento muito que pessoas que têm uma craveira técnica elevada, tenham de alguma forma tomado decisões que são apenas de carácter político e devo dizer-lhes de muito baixo nível. Há de facto aqui actuações que não conduzirão em nada ao aumento da integração tecnológica da cidade de Aveiro ou da sua visibilidade nesse domínio - é pena que assim seja. Porque está em jogo o dinheiro dos contribuintes, mesmo aquele que vem de Bruxelas porque somos nós que o pagamos.

Por outro lado, é evidente que a Câmara não pode reivindicar para si um aumento de orçamento que resulta das regras que presidem a estes projectos e que como disse o meu colega Raúl Martins, é o líder do projecto que recebe o dinheiro. Não tenho problemas nenhuns nisso, apenas gostaria que fossem reconhecidos (contrariamente ao que aconteceu este ano no relato das Actividades de 98), fosse reconhecido no ano 2000, que uma parte das actividades de 1999, não tiveram a ver com a capacidade de execução da Câmara, para depois virem a aparecer com coisas muito interessantes.

A Câmara revelou também, mais uma vez, alguma falta de conhecimentos porque a regra de transferência para o líder do projecto é uma regra perfeitamente conhecida de quem trabalha com os dinheiros comunitários e, portanto, não se percebe que tenha sido necessário fazer uma revisão orçamental deste volume. Já agora, eu não podia deixar de subscrever uma parte da intervenção de oradores que me precederam no sentido de dizer que, mais uma vez a Câmara revelou algum autismo e mesmo alguma arrogância em não aproveitar esta primeira revisão do orçamento para de alguma forma proceder a alguma mudança de política que pudesse beneficiar os menos protegidos da sociedade aveirense. Não partilho da opinião do meu colega Raúl Martins, quando afirma que só tem que ser esta revisão e que esta Câmara está a funcionar muito bem. Só tem de ser esta revisão porque esta Câmara se recusa, infelizmente, a olhar para o lado. E insiste na fachada de tudo o que se possa mostrar e esquecendo aqueles que têm sido menos beneficiados pela actividade económica, pela sorte até se quiserem.”

Vogal Raúl Martins:

“Só para dizer que tudo aquilo que o meu querido amigo Henrique Diz disse, não depende sequer de revisão orçamental. Não esquecer que as revisões orçamentais só acontecem quando na parte de despesas se ultrapassa o que estava orçamentado. Na parte de receitas não há necessidade, basta que a receita esteja inscrita no orçamento.”

Presidente da Câmara em Exercício - Dr. José Costa:

“Bom... este projecto já teve aqui muitos comentários e mais profundos que os de hoje como é natural. Relativamente a aspectos negativos que foram aqui referidos teremos de os tomar em devida nota. Nós estamos em presença de um consórcio e num consórcio não há problemas de paternidade e que por definição tem de ter um líder e como já foi explicado há uma justificação técnica administrativa para apresentar esta revisão na medida em que há necessidade de garantir as transferências relacionadas com o projecto e se não houvesse esta revisão estaria em causa a cabimentação.

Naturalmente a taxa de realização deste projecto nunca pode ser considerada só para a Câmara. A Câmara tem a sua parte e só deve chamar a si os méritos da parte que lhe compete.

Relativamente às taxas de ligação, penso que não se pode afirmar só que não é justo que se pague uma taxa de ligação. Na verdade, penso que todos os que estão aqui as pagaram. Portanto a questão não é não as pagar - talvez ela seja demasiado elevada. É uma outra questão nós discutirmos o montante; anulá-la penso que não seja justo para aqueles que as pagaram. Portanto relativamente a este pedido de revisão penso que está perfeitamente justificado e não necessita de mais explicações, mas estarei à disposição se porventura entenderem pedir mais alguma.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação o ponto n.º 6 - Plano de Actividades e Orçamento - 1.ª Revisão, sendo o mesmo aprovado por maioria de vinte e oito votos a favor (PP4+PSD12+PS11+PCP1) e seis abstenções (PP6).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes Membros:

Vogal António Salavessa:

“Votámos a favor desta revisão por ela ter essencialmente um carácter técnico administrativo e contribuir para a viabilização de um projecto que interessa para a região de Aveiro; lamentando que a oportunidade não tenha sido aproveitada para outras acções e necessidades concelhias.”

Vogal Armando Vieira:

“Declaração de voto pessoal. Votei favoravelmente pelo largo alcance destas iniciativas, mas com um lamento de facto pelo projecto da DIGIPRAÇA (a meu ver) estar insuficientemente dotado.”

Saiu da Sala o Vogal António Manuel Santos Salavessa.

PONTO N.º 7 - CEDÊNCIA À UNIVERSIDADE DE AVEIRO DE TERRENO PARA A ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião ordinária de 08-04-99, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal e faz parte do original desta acta em anexo).

Presidente da Câmara em Exercício - Dr. José Costa:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta alienação para a qual pedimos a aprovação a esta Assembleia, tem a ver com o facto do anterior Executivo ter deliberado a doação de uma parcela ao Ministério da Saúde para a implantação da Escola Superior de Enfermagem. Com a evolução, esta escola foi posta de parte. E como actualmente há a necessidade de implantar a Escola Superior de Saúde no mesmo terreno, no fundo é apenas alterar a deliberação anterior. Estamos em presença de uma venda simbólica de 153 mil escudos, de um terreno que tem cerca de 5.593 m2 e que foi avaliado pelos nossos serviços em 153 mil contos. Da respectiva escritura pública, deve constar uma cláusula de reversão a favor do município caso ao terreno lhe venha a ser dado outro fim; sem qualquer indemnização por qualquer benfeitorias que possam efectuar no terreno. Esta venda simbólica é efectuada à Universidade de Aveiro, especificamente, para a implantação da Escola Superior de Saúde.”

Vogal Filipe Brandão:

“Serei particularmente breve, porque creio que a consensualidade desta deliberação é notória e portanto, não teceria grandes considerações sobre isso, embora não deixe de saudar o empenho (uma vez mais) da Universidade de Aveiro, em prole do progresso desta terra e de consubstanciar esta deliberação de mais um passo no reforço das relações entre a câmara e a Universidade de Aveiro.

Usei da palavra apenas para fazer um protesto de carácter pessoal, de alguma indigência na apresentação da proposta. Porque do ponto de vista formal é dificilmente aceitável, que a Câmara apresente uma proposta de Escola Superior de Saúde e os elementos que a acompanham ainda refiram a instalação da Escola Superior de Enfermagem. Isto é de uma clareza meridiana que aos olhos de quem é confrontado com a proposta, a discrepância que existe entre os mapas e a proposta. Não é isto que relevará, mas não deixa de se ter que fazer o reparo porque haverá com certeza alguém responsável e esse alguém tem de desempenhar de uma forma mais briosa as suas funções.”

Vogal Clara Ribeiro:

“Faço minhas as palavras do Dr. Filipe Brandão; eu já tinha falado do equívoco. Eu não sabia se era equívoco se era propositado, estar na planta a Escola de Enfermagem e na deliberação Escola Superior de Saúde.

Vejo com bom agrado que a Câmara tenha doado simbolicamente à Universidade. E, já agora, apelava à Câmara se pudesse também doar o “bocadito” dos armazéns gerais para o Hospital. Porque nós também estamos carênciados e os problemas que o Hospital têm continuam a ser de falta de espaço, e aquele ali, penso que seria tão bem vindo como este para a Escola Superior de Saúde.”

Vogal Armando Vieira:

“Obviamente, que estou de acordo com esta decisão, mas a exemplo do que disse a companheira Clara Ribeiro, para dizer que os problemas de Saúde em Aveiro são tão graves, que não basta construir esta escola. É preciso construir construções hospitalares novas e rapidamente porque há uma acentuada degradação dos serviços de saúde prestados em Aveiro. E, a Câmara Municipal pode colaborar, pode dinamizar, pode incentivar as decisões (porque elas tardam) e é preciso andar muito depressa para que os Aveirenses tenham uma Saúde de acordo com aquilo que se diz ser Aveiro no contexto nacional.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Só para dizer, que estou de acordo com os anteriores oradores, sobre política de Saúde. No que diz respeito estritamente a este ponto da ordem de trabalhos, eu quero congratular-me, seriamente, com esta decisão da Câmara de ceder estes terrenos à Universidade de Aveiro para a instalação da Escola Superior de Saúde.

Tendo assistido ao desenvolvimento inicial da universidade de Aveiro, reconheço que nem sempre a Câmara Municipal teve em atenção os cuidados que agora estamos a verificar em relação à Universidade. Estou-me a lembrar que, estava eu aqui em 1975, num pequeno apartamento alugado, o Reitor também num apartamento também alugado, quando por exemplo na Universidade do Minho se cedia o Paço para a instalação da Reitoria. Lembro-me de tudo isto, lembro-me que a Universidade de Aveiro não teve a simpatia inicial da Câmara e folgo muito em verificar que a situação é diferente, que a Universidade de Aveiro se soube impor pela sua qualidade e que é reconhecidamente aceite como um factor fundamental para o desenvolvimento de Aveiro e do país, que tem uma afirmação positiva internacional, e congratular-me por verificar que a Câmara Municipal de Aveiro reconhece essa situação e que a apoia.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Para esclarecer esta Assembleia, que os terrenos onde a Universidade está implantada (e o Sr. Prof. Britaldo saberá melhor que eu) foram negociados pelas Câmaras de então. Sendo que, esses terrenos são hoje (como eram na época), terrenos de primeira água e foram as Câmara de então que deram a cara nas negociações com os lavradores, com os proprietários, para que a Universidade de Aveiro pudesse ter hoje a localização central e a localização prestigiante que efectivamente tem.”

Vogal Manuel António Coimbra:

“Também eu quero manifestar o meu contentamento por esta proposta de alienação de bens. E mais, por ser uma Escola Superior de Saúde e não a escola Superior de Enfermagem. Uma Escola Superior de Saúde tem muito mais abrangências e pode servir muito melhor Aveiro. Gostaria também de salientar a localização junto à Universidade de Aveiro. Penso que é muito importante que as estruturas estejam próximas e penso que é muito importante o envolvimento da Universidade de Aveiro. Gostaria também de salientar a mobilização entre a Universidade e a cidade, que tal como existe em relação à Escola Superior de Saúde esta mobilização e esta interacção, era bom que se estendesse a outros domínios.”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, depois de todas as discussões que nós tivemos nesta Assembleia acerca dos problemas da Saúde, não posso deixar de me congratular com o facto de ter sido possível encontrar uma solução, que permitirá certamente evoluções futuras, e de verificar que a Câmara Municipal se empenha activamente nessa solução.

Percebo agora a partir da indigência mencionada pelo Dr. Filipe Brandão, o motivo pelo qual na reestruturação do Quadro de Pessoal, é necessário ter não zero assessores principais e engenheiros civis a criar; mas seis. Muito obrigado.”

Vogal Capão Filipe:

“Só para expressar o nosso regozijo por se ter concretizado esta primeira etapa para a concretização da Escola Superior de Saúde. Já então, manifestamos a vontade de dotar Aveiro, na altura com uma Faculdade de Medicina hoje Escola Superior de Saúde. Agora, uma vez revisto o projecto da Escola Superior de Saúde, assentava essencialmente em duas premissas - uma de Educação e outra no domínio da Saúde.

A premissa de Educação está satisfeita; o Governo resolveu esta causa alojando uma Escola Superior de Saúde que se pretende inovadora, seguramente numa das melhores Universidades da Europa. A segunda premissa que assentava na nossa petição de Faculdade, agora Escola Superior de Saúde, seria de que de algum modo este mesmo projecto pudesse contribuir de maneira decisiva e levando atrás de si o contributo para a solução das graves carências aveirenses no domínio da Saúde, possibilitando Aveiro de prosseguir o seu desenvolvimento sem esta grave e limitativa restrição. Em resumo, tornar Aveiro uma região completa.

Mas, continuando com esta premissa, a tal boleia que a Escola Superior de Saúde pode fazer por Aveiro, gostaria de deixar aqui uma reflexão a todo o Executivo e a esta Assembleia e aos Deputados de Aveiro, da seguinte convicção: provavelmente a progressão da Saúde em Aveiro terá de passar por um novo Hospital; por um novo Hospital (volto a referir) e não pela reconstrução de anexos. Vejamos, 350 mil habitantes, pólo industrial variado, indústrias de alto risco, pólo universitário progressivo e crescente, porto de mar, pontos negros rodoviários. Até, inclusive, se a nossa candidatura da UEFA for por diante, a realização de eventos internacionais tem no caderno de encargos um mínimo de equipamento hospitalar que de modo nenhum possuímos. Temos o Serviço de Urgência que mais cresce - cerca de 17% ao ano. Seguramente que a resposta para estes itens é um novo hospital.

Que características é que este novo hospital poderá ter? Mais ou menos uma área de vinte hectares - julgo estar previsto em termos de Plano Director na zona de Vilar; ser um hospital geral, central, polivalente, com todas as especialidades médicas e cirúrgicas, talvez exceptuando a tóraxica e a de transplantes, mas seguramente com uma boa unidade de queimados como a nossa região exige, com cerca de 700 camas.

O que fazer ao hospital existente? Poderá certamente funcionar numa fase de transição, exclusivamente, como uma valência materno-infantil ou então só dedicado à medicina física e de reabilitação ou só à psiquiatria ou a área de ensino pré-graduado que se pretende inclusivamente com a Escola Superior de Saúde.

Como financiar este tipo de logística? Existem três pressupostos para este financiamento. As estruturas de Saúde nacionais financiarão? Aqui é o grande desalento, seguramente que não, porquê? Porque em termos de estratégia directora nacional ela é comandada pela Região do Centro sediada na costa mediterrânica aveirense. O que nós verificamos é que não faz de modo nenhum parte da estratégia da Região Centro esse tipo de direcção e em termos de Saúde há uma subserviência hierárquica. Isto é, há uma pirâmide hierárquica que não tem na sua estratégia isso. Posso dizer por exemplo, que Covilhã, Leiria, Viseu, já nos ultrapassaram grandemente em termos de logística hospitalar. Portanto o primeiro financiamento de Saúde está retirado, nunca mais lá chegaremos.

Segundo aspecto, via Ministério da Educação. Certíssimo, temos aqui um projecto de Escola Superior de Saúde, sobretudo em termos de equipamento e de contributo (e nós fomos testemunhas no tal grupo de trabalho) há uma manifesta vontade da Universidade de Aveiro conduzir a essa boleia, inclusive boleia financeira. Pode acontecer é a Universidade querer e esse tal poder hierárquico de Saúde não usar os recursos que se calhar via Universidade poderiam ser doados nessa área.

Resta-nos o Poder Local. Isto é, é o município que em última análise e no actual estado das coisas, de seguirmos este projecto. Arranjar terreno, arranjar métodos de financiamento. Houve um exemplo recente, Braga tinha na sua estratégia um novo hospital (Hospital São Marcos) e fez a ameaça de ser o Poder Local a financiar e parece que já está a andar. Um hospital deste tipo são 20 milhões de contos, mas se o pagarmos em 40 anos por um sistema de leasing e por exemplo com a venda dos terrenos dos armazéns gerais. É que se fizermos um anexo ao Hospital estamos a atrasá-lo 10 anos e se fizermos um segundo anexo estamos a atrasá-lo 20 anos e estamos a fazer prevalecer o problema. Por isso temos que reflectir seriamente nessa proposta de construir os célebres “anexos” nos armazéns gerais. Em resumo era esta a reflexão que eu queria deixar aqui ao Poder Local representado.”

Entretanto entrou na sala o Vogal Pedro Machado Pires da Rosa.

Saiu o Vogal João Alberto Simões Barbosa.

Presidente da Mesa:

“Eu presumo que a costa mediterrânica de Aveiro seja o Mondego... Era!

Começa a ganhar corpo a ideia e apoio político, de que será possível iniciar o estudo para um hospital novo, em vez de se estar a atrasar com aditamentos, a pôr remendos em roupa velha.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação o ponto n.º 7 - Cedência à Universidade de Aveiro de terreno para a Escola Superior de Saúde, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

PONTO N.º 8 - AQUISIÇÃO DE BENS:

a) Terreno da “Artibus”

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião ordinária de 11-02-99, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal e faz parte do original desta acta em anexo).

Presidente da Câmara em Exercício - Dr. José Costa:

“Este ponto insere-se no estudo urbanístico que se está a efectuar no Plano Pormenor do Centro e que naturalmente teria de passar pela resolução da “Artibus”.

Estamos em presença de um prédio com cerca de 10 mil metros quadrados, que inclui uma área coberta de 537 e algumas dependências com uma área de 218. Na sequência de diversas diligências com os proprietários, acordou-se um valor global para o terreno de 294 mil contos. O pagamento pode ser efectuado uma parte em dinheiro e outra em espécie ou somente em espécie. Numa primeira forma 3.500 metros quadrados de área de construção, no valor de 105 mil contos a entregar doze meses após a assinatura da escritura e 189 mil contos a pagar em doze prestações mensais, sendo em simultâneo com a escritura, 35 mil contos e as restantes onze prestações de 14 mil contos, até perfazer o pagamento. Ou o mesmo valor global em área de construção, isto é, 6.300 metros quadrados a entregar em simultâneo com a área de construção que estava definida na alínea anterior. Relativamente à Artibus, são estes os termos do negócio.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Sr. Presidente, nós já anteriormente fomos confrontados com situações em que com a nossa crítica construtiva, criticámos assuntos e posteriormente viabilizámos. Estou a lembrar-me de toda aquela área pertença da “Aveiria”. Isso passou-se, não existia um Plano de Pormenor para essa área e no entanto parecia-nos que melhoravam as condições porque diminuía o número de andares. Passou tempo, e já era de facto hora de termos um Plano de Pormenor dessa área. Continuar a não ter Plano para esta área e continuarmos a autorizar aquisições, é demais. Somos confrontados permanentemente com situações de excepção, vamos condescendendo, há-de haver um momento que teremos de dizer basta. Depois do que acabo de dizer, votarei contra esta proposta.”

Vogal Manuel António Coimbra:

“Pedi a palavra para protestar mais uma vez, pela maneira como estas propostas nos chegam. É que esta planta que nos mostram não diz nada, não situa nada. Eu sei que nos desprezam a este ponto, desprezam a Assembleia Municipal, e eu sinto-me ofendido por isto, pela maneira como nos tratam. Como se nós não percebêssemos nada de plantas.

Não se dignam ao menos apresentar-nos um esquema daquilo que será o estudo urbanístico do Plano de Pormenor; ao menos um esquema! Dizerem assim: neste momento é a fase em que nos encontramos. Porque tal como aqui está, eu não faço ideia se 30 contos é muito ou é pouco. Eu não sei qual vai ser a volumetria para aquela zona, não sei nada. E como não sei nada, não sei calcular o valor dos terrenos. Por isso, enquanto nós não tivermos acesso ao Plano de Pormenor do Centro, enquanto nós não aprovarmos o Plano Pormenor do Centro, nós não deveríamos nunca votar favoravelmente estas propostas. A Câmara nem sequer nos devia trazer estas propostas tal como faz. Eu já protestei da primeira vez e afinal não resulta em nada, porque continuam a mandar-nos estas propostas exactamente da mesma maneira.

Esta proposta tal como está, acho que é um atestado de minoridade que está a ser passado aos membros da Assembleia Municipal Sr. Presidente. Como tal, eu votarei contra esta proposta.”

Entretanto saiu o Vogal Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira.

Vogal Diogo Soares Machado:

“A discussão deste ponto da ordem de trabalhos, ter-se-á iniciado aquando da Assembleia Municipal Extraordinária para discussão do célebre negócio que irá permitir a construção do lago. Já nessa altura, um colega meu de bancada, advertiu a Câmara para a necessidade de se ter em atenção os terrenos da Artibus. E creio não estar muito enganado, que o pensamento da Câmara em adquirir esses terrenos, remonta desde aí. Se por um lado poderíamos entender a aquisição destes terrenos, por outro (e corroborando as críticas que aqui já foram aduzidas) é completamente impossível continuar a passar cheques em branco a este Executivo, nomeadamente em sectores tão vitais como estas bolsas de terrenos.

Até este momento, o que o Executivo municipal fez em termos de mercado imobiliário foi comprar, ainda não definiu, ainda não mostrou a esta Assembleia quais são as suas verdadeiras intenções para esta zona. Acontece que na parca fundamentação, se diz que a compra destes terrenos se destina à implementação do estudo urbanístico do Plano Pormenor do Centro. Esta pequena frase é a única fundamentação para a compra destes terrenos! Claro que é. Mas eu pergunto: o que é o estudo urbanístico do Plano de Pormenor do Centro? Para nós Assembleia Municipal é Zero neste momento. Dizem que está em discussão, está em estudo, desde o início deste mandato! Só que para esta Assembleia Municipal este estudo não existe. Como é que a Câmara pode solicitar a esta Assembleia, que aprove a aquisição de um terreno para implementar um “estudo” que a Assembleia Municipal não conhece.

Para além disto, eu sou completamente contra a forma de pagamento que está estipulado nesta proposta. Esta proposta prevê uma parte em dinheiro, outra em espécie, ou seja metros quadrados de construção. Tendo sidos eleitos para na medida das nossas capacidades, defendermos aquilo que entendemos serem os mais legítimos interesses deste concelho, a mim causa-me repugnância aprovar uma proposta cujo modo de pagamento assenta na retribuição ao vendedor metros quadrados de área de construção. E porquê? Porque tendencialmente e de acordo com a evolução do mercado imobiliário (e o Executivo sabe de todos estes dados) a tendência natural é para que o município de Aveiro seja claramente prejudicado. Porque aquilo que hoje vale 105 mil contos e que tem de ser entregue em área de construção, quem nos diz que amanhã não valerá mais 10% ou 15%? Onde é que estão localizados os terrenos que a câmara entregará ao vendedor como forma de pagamento deste negócio? Era importante que este dado fosse colocado em cima da mesa. Porque é preciso dizer-se que terrenos é que se vão entregar ao vendedor daqui a x meses como forma de pagamento. Nitidamente o município de Aveiro e os municípios sairão prejudicados. Isto para mim é “trigo limpo farinha amparo”.

Portanto são dois princípios básicos, que à partida fundamentarão a minha não concordância com esta proposta.”

Saíram os Vogais Ana Carla Guerra de Miranda Macedo e Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga.

Vogal Jorge Nascimento:

“Bem, o essencial já aqui foi dito pelo meu colega de bancada, mas eu faço acrescer um outro elemento. Até pode ser um bom negócio para o município, mas também pode não ser. Porque não temos nada por onde se possa avaliar o mérito do negócio. Não temos nada, não sabemos onde vão ser dados os terrenos e, portanto, estes 30 contos o metro quadrado para a cedência, depende do sítio onde essa entrega se concretize. A par disso também não sabemos se a compra é boa em termos de beneficiar o município. Aqui eu estou a ser repetitivo de quem me antecedeu, mas a verdade é que não se sabe que tipo de construção vai ali nascer. Eu creio que se esta proposta for aprovada nesta Assembleia, fica o município desde já autorizado, o que me parece que não é correcto do ponto de vista da legalidade, porque esta Assembleia tem de autorizar as

alienações e não pode dar uma autorização sem ser concretizada. Quer dizer não pode dar autorização para o município alienar de uma forma genérica. Toda a autorização tem de ser concretizada e a proposta enferma desse vício.”

Vogal Filipe Brandão:

“Serei particularmente breve. Algumas observações hoje feitas revelam-se pertinentes, outras manifestamente não o são. Relativamente à apresentação formal não há a mínima crítica a pôr, uma vez que o terreno se encontra correctamente identificado, com a referência da matriz, com a referência de área, com a referência do local, presumo que aqui todos saibam onde fica a fábrica Artibus. Portanto, do ponto de vista formal, qualquer crítica aqui assacada não procederá.

Quanto ao meio de pagamento, é uma opinião, eu confesso que partilho exactamente de opinião adversa ou seja, penso que para uma entidade como a Câmara que tem capacidade de ordenação do território, penso que tem toda a vantagem de negociar com o ponto de vista da concessão de áreas de construção, porque manifestamente tem ela a faca e o queijo na mão e exercerá a descricionalidade da forma que lhe seja mais vantajoso. Ninguém em seu juízo perfeito acreditará que usará essas faculdades contra si. E isso reporta-me ao último argumento, que foi aduzido pelo Dr. Jorge Nascimento. O que estamos hoje a falar é da zona de luxo de Aveiro, estamos a falar da zona que do ponto de vista da Câmara irá ter um tratamento privilegiado em relação ao resto do território do município; o facto de a Câmara ter a capacidade de regulamentar a distribuição espacial naquele espaço, é de “per si” o garante que este investimento é um investimento rentável. Porque a Câmara não investirá seguramente, é contra as regras de qualquer experiência, invocando até um argumento de natureza jurídica, é um facto notório apodíctico, ou seja, não carece de prova que a Câmara neste terreno valoriza-lo-á de acordo com os seus interesses. Está fora de questão que vá investir 294 mil contos para não poder lá construir. Portanto, aquilo que hoje nós vamos votar é se queremos que esta mais-valia que seguramente advirá da implantação do Plano de Pormenor do Centro, seja embolsada pelo município ou seja embolsada por um particular.

Algumas críticas de natureza de explanação, de transparência, têm a sua pertinência e, portanto, de quem como eu interveio em momentos passados sobre o modo da apresentação de propostas do município, reconheço essas intervenções embora de outras não, como já tive oportunidade de explanar. Portanto, claramente aquilo que hoje vamos votar é seguramente se queremos a mais-valia seja embolsada pelo município ou por particulares. Não creio que politicamente haja algum descabro, o máximo é que a autarquia deixe de embolsar determinadas quantias desse ponto de vista é inócuo.”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, quando se afirma que o terreno da Artibus tem um valor hoje e vai ter um outro valor depois da aprovação do Plano de Pormenor do Centro, deve estar naturalmente a chamar pouco inteligente a quem tem o terreno para vender hoje. Quem o tem para vender hoje, sabe perfeitamente que, o que está em vista é uma forte valorização dos terrenos nesta área. E como tal, a menos que alguns de nós pretendêssemos exercer algum plano de vingança sobre quem não quisesse vender, numa atitude que não seria de ninguém desta autarquia, os proprietários do terreno sabem do seu valor; esse é o primeiro ponto.

Não vamos aqui pensar, que aquelas pessoas se esqueceram que amanhã vamos aqui aprovar o Plano de Pormenor do Centro e que isso vai valorizar imediatamente os terrenos para o triplo ou quadruplo e, portanto, nós vamos fazer umas mais-valias. Consideremos que as pessoas com quem lidamos são pelo menos tão inteligentes como nós.

A segunda questão prende-se com a forma de pagamento e com o pagamento em espécie. Eu de facto acho interessante que compita ao município, que nesta altura determine, o preço final.

Quer dizer, para a compra do terreno o município não determina, mas depois determina. Peço desculpa, mas quando de facto estamos a aceitar este negócio, estamos a aceitar que pode ser certamente bom ou estamos a aceitar o negócio possível com os proprietários do terreno. Porque eu não acredito que a Câmara venha a propor naquele espaço uma zona verde; não acredito. Portanto, o que estamos a aprovar aqui não é se este é um bom negócio. Neste momento, o que estamos a aprovar aqui é se devemos permitir que a Câmara Municipal apresente de forma sistemática à Assembleia Municipal, projectos de aquisição de terrenos, sem dar mais explicações senão o da possível os das possíveis valorizações dos terrenos. O que estamos a aprovar aqui é que a Câmara Municipal possa intervir nesta zona sem ter trazido a esta Assembleia e ver aprovado nesta Assembleia, o Plano de Pormenor do Centro. É isso que estamos a aprovar.”

Presidente da Mesa:

“Essa intervenção foi interessante. É evidente que é um erro partir do princípio que o adversário é menos inteligente do que nós, é evidente. Eu penso que o Dr. Alberto Souto até utilizou a expressão “o segredo é a alma do negócio”, que não será feliz. Há uma margem em que a contra-parte não pode ter certeza. Mas depois dizem assim: mas então isto é negócio de ciganos! Não. Só que a contra-parte é particular e pode ter expectativas especulativas; e aí a Câmara tem de se conter. Por outro lado, sem desprimor, este órgão a que eu muito honrosamente presido, não pode querer substituir-se ao Executivo, não pode. E querer saber tudo ao pormenor, é um pouco alguma frustração de executivo mal sucedido.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Permita-me discordar, mas lembro que até a Assembleia da República tem poder para chumbar ou aprovar os Orçamentos Gerais do Estado.

Presidente da Mesa:

“Aí é que está o lapso. É que nós não somos Assembleia da República. Nós chamamo-nos de Deputados, mas não somos. Isto é um órgão diferente.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Nós somos um órgão fiscalizador, ou não? Então deixe-nos fiscalizar, que é só isso que nós queremos, e dar algumas achegas aqui. Em primeiro lugar, o segredo ser a alma do negócio. Foi colocada aqui a questão pelo Dr. Filipe Brandão, que o município ou capitalizava as mais-valias e aprovava isto ou o município não capitalizava as mais-valias e não aprovava. Mais, e por falar do segredo que é a alma do negócio, o único segredo que aqui há, Sr. Presidente da Assembleia, é o Plano de Pormenor do Centro para esta Assembleia. E atrevo-me a dizer mais, eu quase que apostava, (como o Sr. Presidente gosta de fazer, apostar, que ganhava) que até os proprietários do terreno da Artibus já conhecem o novo Plano de Pormenor do Centro, ou pelo menos o estudo urbanístico. E mais, tenho uma pulga a roer-me atrás da orelha, que se calhar a forma de pagamento, que no limite prevê que tudo seja pago em área de construção, habilmente redigida, mas prevê que tudo seja pago em área de construção, que no limite se calhar alguma desta área de construção, até pode ser dentro da área abrangida pelo Plano de Pormenor do Centro. Quem é que me desmente isto?! Só o Plano de Pormenor do Centro. Quem é que me garante, por falar em que “o segredo é a alma do negócio”, e já começo a ficar farto, desculpe-me a expressão Sr. Presidente, desta história do segredo porque nesta Assembleia não pode haver segredos quando a Câmara é directamente questionada Sr. Presidente da Mesa, pelos Vogais desta Assembleia, não pode nem deve haver segredos. Temos o direito de ser informados e quando questionamos, peço-lhe que julgue, que quando questionamos, questionamos a bem do

Município. Os pontos de vista podem ser diferentes, mas temos tanta legitimidade em o fazer, como outros tem em defender as propostas.

Pronto, agora eu gostava de saber claramente onde é que estes terrenos vão ser doados? Qual é a ideia da Câmara para doar estes terrenos, para que se acautelem futuras perdas de mais-valias. Em áreas abrangidas pelo Plano de Pormenor do Centro, com doação efectiva da área de terrenos na área abrangida por este Plano? É tão simples como isto. Por isso lhe digo que o único segredo aqui é o estudo urbanístico do Plano de Pormenor do Centro para com esta Assembleia. Porque novamente friso para que fique bem claro, quase que aposto que os proprietários dos terrenos da Fábrica Artibus já conhecem o estudo urbanístico.”

Entretanto saiu da sala o Vogal Fernando Vieira Ferreira.

Presidente da Câmara em Exercício - Dr. José Costa:

“Em primeiro lugar, a Câmara tem consciência que tem que trazer cá o Plano de Pormenor do Centro para a Assembleia Municipal. Portanto é um compromisso que está assumido e digamos nem era preciso existir; como Plano de Pormenor tem que vir cá. Por outro lado, é preciso entender que as aquisições que se fazem nesta área, dão um poder acrescido de decisão nesta Assembleia e não o contrário. Em termos urbanísticos, naturalmente. Portanto, é dessa forma que se defendem os legítimos interesses dos Municípios. Os argumentos que foram aduzidos podem ser utilizados ao contrário e, portanto, estamos aqui até amanhã de manhã a falar acerca disso. Por outro lado, não se pode dizer que a Câmara tem intenção de passar atestados de menoridade a esta Assembleia. A Câmara nunca teve essa intenção e penso que esta Assembleia também nunca teve a intenção de passar atestados de menoridade à Câmara. Naturalmente que já há um plano de implantação; o plano de implantação pode ser conhecido por toda a Assembleia, como pode ser conhecido das pessoas. A Assembleia pode conhecer a planta de implantação. Portanto, de acordo com a planta, digamos que neste momento está em elaboração, o que é que nós poderemos dizer mais aqui. Podemos dizer, que ficarão à disposição da Câmara, para a área de construção, cerca de 4.080 metros quadrados, depois de efectuada esta transação com a Artibus, que são a possibilidade de valorização que a Câmara tem no negócio. 2.880 acima do solo e 1.200 abaixo do solo. Portanto, o que está em perspectiva, digamos, é que estes terrenos seriam na mesma zona. A permuta entre aspás, destes terrenos, seriam na mesma zona.

Naturalmente que não é a questão do segredo. Isto que se está a dizer é algo que se deve dizer para tornar as coisas transparentes. Mas como se disse aqui que as outras partes também não são burras, também há determinadas coisas que não podemos dizer aqui porque senão estamos a dizer publicamente que eles são burros; não é verdade. Penso que toda a gente entende isto em termos de negócio.”

Vogal Henrique Diz:

“Eu só gostaria de dizer ao Dr. José Costa, Presidente da Câmara em exercício, de que não se trata aqui de passar um estado de menoridade à Câmara, mas trata-se de exercer como o Dr. José Costa sabe, de exercer as competências que esta Assembleia têm de fiscalizar acção da Câmara. É só disso que se trata.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Quero só pôr uma última questão que é o seguinte: o Dr. José Costa disse aqui, que deste negócio todo ficariam 4.080 metros quadrados para construção ou seja 4.080 metros quadrados para que a Câmara ou o Município pudesse tirar alguma mais-valia. 2.880 acima do solo e 1.200 abaixo do solo. Ora estes 1.200, em termos de capitalização de mais-valias, como o Sr. sabe, vale metade, ficamos com 600. Ficamos então com um total de aproximadamente 3.480

metros quadrados de área que vai permitir alguma mais-valia. Agora, é mais-valia como? Que cêrcea é que os Senhores têm planificado ali para que de um negócio destes, 3.480 metros quadrados, sejam mais-valia? Daí a importância de nós conhecermos o Plano de Pormenor Dr. José Costa. Daí nós insistirmos desde o início, que é fundamental que antes do lago, antes do loteamento, antes de tudo isto, em vez de se trabalhar com base nas unidades operativas do PDM, se trabalhasse já com base no Plano de Pormenor. E sabe porquê Dr. José Costa. Porque senão, eu tenho a liberdade de discordar de si (quando ao contrário não teria), quando o Sr. me diz que, isto é uma forma de dar poder acrescido de decisão a esta Assembleia; não é, Dr. José Costa. Isto é uma forma de reforçar o poder discricionário em termos urbanísticos, já aqui tão diversas vezes falado por parte desta Câmara Municipal; sem a Assembleia ser tido ou achada para o negócio.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto n.º 8, alínea a) - Terreno da “Artibus”, sendo o mesmo aprovado por maioria de treze votos a favor (PS9+PP4) doze votos contra (PSD9+PP3) e quatro abstenções (PSD1+PP3).

Declaração de voto do Vogal:

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Independentemente da análise do negócio apresentado, votámos contra a proposta, em virtude da insistência da Câmara em apresentar aquisições do terreno sem previamente submeter à consideração desta Assembleia os respectivos Planos de Pormenor em que aqueles se inserem. Já tal sucedeu no passado e a Câmara insiste na metodologia claramente errada e a que urge dizer basta.”

Saiu da sala o Vogal Jorge Carvalho Arroiteia.

PONTO N.º 8 - AQUISIÇÃO DE BENS:

b) Terreno para construção de Habitação Social em Azenhas de Baixo.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião ordinária de 08-04-99, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal e faz parte do original desta acta em anexo).

Presidente da Câmara em Exercício - Dr. José Costa:

“Como está explicado, estes terrenos destinam-se a Habitação Social, portanto as condições de venda dos 18.920 metros quadrados, que pertencem ao Sr. Manuel Ferreira dos Santos e esposa, custarão trinta e nove mil novecentos e quarenta contos. Sendo o pagamento efectuado em onze prestações mensais; sendo a primeira com a escritura no valor de nove mil novecentos e quarenta e as restantes dez, de três mil contos cada até o pagamento integral. Portanto, foi este o acordo relativamente a estes terrenos, que foram negociados com este município.”

Vogal Filipe Brandão:

“Sr. Presidente serei particularmente breve dentro das minhas breves intervenções, para apenas expressar a nossa anuência total a esta proposta assente numa dúplice vertente, desde logo o destino a dar aos terrenos, ou seja, Habitação Social. Sempre de aplaudir os investimentos do Município nesta área, e também por quanto a localização dos mesmos se inserem na Freguesia de Santa Joana, sendo notoriamente uma das Freguesias que têm sofrido maior pressão

urbanística, portanto das Freguesias que mais têm sido confrontadas com o crescimento populacional e que portanto, necessidades acrescidas terá em relação ao resto.”

Vogal Armando Vieira:

“Bem na sequência aqui do meu amigo e breve Dr. Filipe Brandão. Sr. Presidente é sempre com enorme satisfação que eu vejo tomadas de decisão no sentido da construção de Habitação Social. E, como se pode aqui constatar, por mais ou menos dois mil escudos cada metro, compra-se aqui uma área que no mínimo, assim mal comparando, falta saber a densificação, que é um estudo que falta aqui, devia-se avaliar quantas habitações sociais este terreno comporta, mas isto no mínimo dará aí umas quarentas o que quer dizer que está num preço bom. Agora, imaginem quantas habitações sociais, e o Sr. Prof. Britaldo já agora não só para que ouça quantas habitações sociais se poderiam construir e comprar terrenos com o dinheiro do lago?”

Imaginem, se com quarenta mil contos compramos um terreno para quarenta habitações sociais. Mas é uma decisão acertada, é neste sentido que deve ir no imediato o investimento do Município, é aqui que se pratica a justiça social, o equilíbrio, a dignificação da pessoa humana, com este tipo de investimentos.

Cumprimento a Câmara por esta decisão, neste momento foi a Freguesia de Santa Joana, para outro momento terão que ser as outras Freguesias e com certeza que muitos terrenos será possível comprar a preços convidativos como este. Parabéns à Freguesia de Santa Joana por mais este polo de habitação social, que será construído e que bastante necessitada está.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Sr. Presidente, eu devo dizer que de alguma forma e olhando para a proposta que nos é apresentada, formalmente estamos numa situação um pouco semelhante à anterior. Em primeiro lugar, neste caso temos aqui uma área representada em que eu aqui tenho clara dificuldade em a localizar. Formalmente não está bem apresentado, eu não conhecerei bem estes terrenos para imediatamente olhar para aqui e dizer aonde é. Por outro lado, sucede que também valeria a pena saber o número e como se iria aqui desenvolver a construção de habitação social, também deveria ser aqui apresentado. Contudo, o fim a que se destina esta aquisição ultrapassa a meu ver claramente e dadas as dificuldades que existem neste país e nomeadamente neste município a nível de habitação social, quero dizer que este facto ultrapassa claramente todas as dificuldades formais. Aqui não se trata de especular terrenos, é outra situação, e portanto aqui e a favor de quem vai beneficiar desta habitação social, eu creio que deveria ser dado à Câmara o benefício da dúvida e apesar, de em rigor, não merecer a aprovação, conceder este benefício da dúvida aceitando que vai aqui ser feita uma construção que irá ser útil para quem nela habitar. Muito obrigado.”

Vogal Victor Martins:

“Sr. Presidente, eu também queria louvar a atitude da Câmara em adquirir estes terrenos, mas ficaria mais contente se nesta planta que nos enviaram informassem quantas construções se iriam realizar. E, deixo aqui um voto, espero que este terreno que se vai adquirir, seja um terreno depois as construções serem para pessoas da Freguesia e não como de costume. A Freguesia de Santa Joana que tem dois bairros sociais, o do Caião e do Griné, onde no fundo foram lá parar todas as pessoas com carências de outros lugares do concelho e do país. Por isso fico a aguardar que esta aquisição passe do papel para a obra feita.”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, eu gostaria de me congratular pelo facto de a Câmara de vez em quando ouvir os apelos dos Partidos de oposição no que respeita à Habitação Social. E já agora, atrevo-me

mesmo a fazer um desafio ao Sr. Presidente da Câmara, que é o de suspender as obras do lago e utilizar esse dinheiro para comprar mais terrenos para habitação social de que o concelho necessita.

Certamente que as obras do lago, o Sr. Presidente as poderá fazer com as mais-valias que vai gerar no belíssimo negócio que esta Assembleia aprovou à bocadinha. Por outro lado, eu gostaria de pedir à Câmara Municipal e no seguimento da intervenção do Sr. Presidente da Junta de Santa Joana, que na sua política da atribuição de habitação social, tivesse a precaução de garantir que não se verifica o desenraizamento das famílias e das populações, que é visível em outros locais, e que é fonte permanente de conflito. Está em muitos casos na origem de alguma violência que nós temos nas grandes cidades. Muito obrigado.”

Vogal Manuel António Coimbra:

“Acerca deste ponto, gostaria de dizer que sou favorável em principio à aquisição de bens e de terrenos para habitação social. Lamento, é que não haja o acompanhamento de um projecto, ou seja, lamento que ainda não haja ideias para o local, e o que é que vai fazer no local. Acho que esta habitação social ainda vai demorar algum tempo para ser construída, mas pelo menos já fica o terreno.

Outro aspecto que gostaria de salientar, é o facto de mais uma vez não haver qualquer referência na planta que nos é dada. Acho que era preferível uma folha A4, com a freguesia de Santa Joana a situar-nos o terreno e depois sim vinha esta planta a seguir, como uma segunda planta já mais pormenorizada a mostrar-nos o local. Mas com alguns pontos de referência, que não seja uma única capela, que é a única coisa que nos diz que é em Azenhas de Baixo, Freguesia de Santa Joana. Penso que é insuficientemente, é muito pouco para nós podermos ter uma percepção do local, mas fico contente pelo preço e por finalmente termos mais uns terrenos para habitação social; venha o projecto de construção o mais depressa possível.”

Entretanto saiu da sala o Vogal Diogo Manuel Santos Soares Machado.

Vogal Armando Vieira:

“Efectivamente foi aqui levantada uma questão pelo Sr. Victor Martins, que tem toda a razão de ser. Eu já tenho falado aqui, eu tenho a ideia que os Serviços de Habitação Municipal funcionam bem, até na selecção dos candidatos, porque são sempre situações muito graves, muito complicadas, mas há situações e eu acabo de viver duas situações em que por uma questão geográfica de menor importância, deixa de se tratar e atender àquilo que é essencial, que é a protecção das pessoas mais necessitadas, independentemente de estar o Município ou não vedado. Foram duas questões que eu gostaria que tivessem sido consideradas, vi aí dureza de procedimentos, algum exagero, e depois o prémio de uma situação que não deveria assim ter sido. Portanto, corroborando o que ele disse, estes bairros devem privilegiar as famílias necessitadas da Freguesia em questão; tem que ser estruturalmente assim, senão não faz sentido estar a fazer um bairro nesta, naquela ou naquela outra, fazem mais uns “comboios amarelos” e metem lá toda a gente.”

Presidente da Câmara em Exercício - Dr. José Costa:

“Somente dizer na sequência desta intervenção, que isto significa que além dos critérios que estão a ser utilizados em termos de atribuição, é preciso haver critérios de valor sociológico; por vezes. Mas aprendendo de algumas experiências que já existem, provavelmente terá que se caldear aqui algo de sociológico, nos critérios puramente de rendimentos per capita, etc.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação do plenário o Ponto n.º 8, alínea b) - Terreno para a construção de Habitação Social em Azenhas de Baixo, sendo o mesmo aprovado por maioria de vinte e seis votos a favor (PS9+PSD9+PP8) e uma abstenção (PP1).

Declaração de voto do Vogal:

Vogal Jorge Nascimento:

“Abstive-me, tal como na proposta anterior, por dois motivos. O primeiro, porque também esta como a proposta anterior não vem suficientemente fundamentada para que se possa deliberar em consciência. Esse motivo não foi suficiente para que votasse contra e entendi, que resultando a negociação da livre vontade de ambas as partes, isto é, do município e do munícipe, eles souberam seguramente acautelar os seus interesses e se ambos estão de acordo, a votação contra seria prejudicar ao mesmo tempo o município e o munícipe. Portanto daí a razão da abstenção.”

PONTO N.º 9 - REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE REGALIAS SOCIAIS AOS BOMBEIROS.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião ordinária de 25-03-99, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal e faz parte do original desta acta em anexo).

Vogal António Vinagre:

“Sr. Presidente, dá-me licença. Só queria dizer, que por razões de natureza ética e também porque por a Lei das incompatibilidades não mo permite, e até porque a proposta que vai estar agora em discussão, em caso de aprovação serei um dos beneficiados dessa proposta, vou-me retirar da discussão e da votação deste ponto da ordem de trabalhos.”

Saiu o Vogal António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre

Entretanto reentrou na sala o Vogal Diogo Manuel Santos Soares Machado.

Vogal Filipe Brandão:

“Sr. Presidente na sequência de um contacto preliminar com os líderes das bancadas, eu pedia ao Sr. Presidente a suspensão dos trabalhos por dois minutos, para apresentação de uma proposta nesta matéria.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos da Assembleia por dois minutos, conforme o solicitado.

Reiniciados os trabalhos o Sr. Presidente da Mesa leu a proposta subscrita pelos líderes das bancadas presentes, PS, PSD e PP.

“Proposta

reconhecendo a valia de uma proposta que vise a regulamentação das justas aspirações e anseios dos Bombeiros deste município, mas não deixando de notar que a proposta agora em apreço padece de imprecisões e defeitos que importará corrigir, as bancadas do PS, PSD e PP, propõem a discussão desta matéria, em comissão a criar no âmbito da Assembleia Municipal, encarregada de aprimorar a proposta camarária em prol de um resultado que pretendemos óptimo. Esta comissão deverá ser constituída por dois elementos por bancada.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação da Assembleia a proposta apresentada pelas bancadas presentes, a qual mereceu aprovação por unanimidade.

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, eu gostaria de me congratular com o facto de ter sido possível formar uma comissão para discutir o regulamento de concessão de regalias sociais aos bombeiros, uns dias depois, de a questão relativa ao regulamento orgânico do quadro de pessoal, não ter obtido o mesmo consenso. Não restam dúvidas que esta Assembleia e esta Câmara Municipal estão no bom caminho!”

Presidente da Mesa:

“A próxima Sessão tenciono convocá-la para a Freguesia de Santa Joana. Já obtive a concordância do ilustre Presidente de Junta e se ninguém se opuser. Durante este mandato iremos ter três, quatro, Sessões nas freguesias. Penso que andar a circular pode não ser cómodo, mas penso que devemos dar um tom de interesse, penso que as populações gostarão que se reúna lá a Assembleia Municipal; depois vamos ver isso.”

Continuando, o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia a acta em minuta respeitante a esta reunião. Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa fazendo parte integrante da presente acta.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Ordinária do mês de Abril.

Eram 01:30 horas do dia 25 de Maio de 1999.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte a gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião e vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.